



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGENDA 2030: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DE ATITUDES SUSTENTÁVEIS ENTRE ESTUDANTES DE PATO BRAGADO – PR

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND AGENDA 2030: CONTRIBUTIONS TO THE PROMOTION OF SUSTAINABLE ATTITUDES AMONG STUDENTS IN PATO BRAGADO – PR

DOI: 10.5281/zenodo.20604102



Ana Vitória de Sousa Soares¹

Samuel Felipe Weirich²

Núbia Débora Araújo Caramello³

Irene Carniatto⁴

Wilson João Zonin⁵

Valdecir José Zonin⁶

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Professora na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. E-mail: aninhaivi@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8980428643608866>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8608-656X>.

2 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Advogado e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: advocaciaweirich@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8499-8424>.

3 Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Doutora em Geografia pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB. Mestre e Geografa pela Universidade Federal de Rondônia, UNIR. E-mail: nubia.caramello@ifap.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2167-9759>.

4 Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. E-mail: irenecarniatto@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7508449720430708>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1140-6260>.

5 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: wzonin@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2139762598911476>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3364-5599>.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





RESUMO

Este artigo analisa as contribuições da Educação Ambiental, articulada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a promoção da sustentabilidade e da formação cidadã no contexto escolar. A pesquisa foi desenvolvida no Colégio Estadual de Pato Bragado – PR, envolvendo 23 alunas da disciplina eletiva “O Chamamento dos Elementos – Solo, Água, Clima e Floresta”. Metodologicamente, trata-se de um estudo de abordagem quali-quantitativa, realizado por meio da aplicação de questionários, oficinas pedagógicas e dinâmicas coletivas. Os resultados demonstram que, embora as estudantes apresentem conhecimentos prévios sobre Educação Ambiental, ainda existem lacunas relacionadas à compreensão da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As atividades desenvolvidas contribuíram para ampliar a reflexão crítica sobre os desafios socioambientais locais e globais, fortalecer o protagonismo juvenil e estimular a construção coletiva de soluções voltadas à sustentabilidade. Conclui-se que a adoção de metodologias participativas favorece o desenvolvimento da consciência ambiental, da cidadania e do engajamento dos estudantes na promoção de práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Agenda 2030; Direito Fundamental ao Meio Ambiente; Educação Ambiental; Políticas Públicas; Protagonismo Juvenil; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article analyzes the contributions of Environmental Education, articulated with the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), to the promotion of sustainability and citizenship education within the school context. The research was conducted at Colégio Estadual de Pato Bragado, Paraná, Brazil, involving 23 female students enrolled in the elective course “The Call of the Elements – Soil, Water, Climate, and Forest.” Methodologically, this study adopted a mixed-methods approach, combining qualitative and quantitative procedures through questionnaires, educational workshops, and collective activities. The results indicate that, although the students demonstrated prior knowledge of Environmental Education, significant gaps remain regarding their understanding of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals. The activities carried out contributed to broadening critical reflection on local and global socio-environmental challenges, strengthening youth protagonism, and encouraging the collective construction of solutions aimed at sustainability. It is concluded that participatory methodologies foster the development of environmental awareness, citizenship, and student engagement in the promotion of sustainable practices.

Keywords: Agenda 2030; Fundamental Right to the Environment; Environmental Education; Public Policies; Youth Empowerment; Sustainability.

6 Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Professor Titular na Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS. E-mail: valdecir.zonin@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3021-4275>.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





1. INTRODUÇÃO

Segundo Boff (2014), o atual modelo de civilização mostra-se ambientalmente insustentável, pois a exploração intensiva dos recursos naturais e das fontes de energia tem provocado crises sociais e graves desequilíbrios ecológicos, prejudicando a garantia de uma vida digna para as gerações atuais e vindouras. Essa compreensão é reforçada por Carson (2010), que alerta para o uso de substâncias químicas sem a adequada avaliação de seus impactos ambientais e à saúde humana, evidenciando uma lógica de exploração predatória que ameaça os ecossistemas e coloca em risco a própria continuidade da vida.

Segundo Zonin et al. (2017), a convergência das crises climática, energética e social evidencia a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento, exigindo uma revisão ética da relação entre sociedade e natureza. Essa crise multidimensional impulsiona a superação de paradigmas tradicionais e promove novas reflexões sobre progresso e sustentabilidade. Nesse contexto, a sustentabilidade consolida-se como um dos principais desafios contemporâneos, sendo fortalecida pelas evidências da degradação ambiental. Isto posto, diante da limitada eficácia das negociações internacionais e da urgência em enfrentar o colapso ecológico, torna-se necessária a adoção de ações concretas e imediatas, orientadas por uma perspectiva de esperança e transformação (Zonin et al., 2023).

A crise ambiental, intensificada a partir da segunda metade do século XX, evidenciou a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento e de propor alternativas sustentáveis capazes de assegurar a qualidade de vida das gerações (presentes e futuras). Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) emerge como instrumento fundamental para a construção de uma nova racionalidade socioambiental. O marco inicial desse debate em nível global remonta à Conferência de Estocolmo de 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerada o ponto de partida da política ambiental internacional (Dias, 2004). A partir desse evento, outros encontros internacionais, como a Conferência de Tbilisi (1977), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), a Rio+20 (2012) e,





mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015), consolidaram a Educação Ambiental como um instrumento estratégico para enfrentar os desafios socioambientais globais (Jacobi, 2003; Sorrentino et al., 2005).

Esses debates internacionais ecoaram no contexto brasileiro, culminando na promulgação da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa legislação define a EA como um processo contínuo, permanente e transversal, voltado à construção de valores, saberes, habilidades e atitudes comprometidas com a sustentabilidade (Brasil, 1999). Contudo, diversos estudos apontam que, na prática escolar, ainda prevalecem concepções reducionistas e abordagens conservacionistas e comportamentais, que limitam a dimensão crítica e transformadora da Educação Ambiental (Carvalho, 2008; Layrargues e Lima, 2014).

Nesse cenário, a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma referência essencial para orientar políticas públicas e práticas educativas, ao estabelecer metas integradas de erradicação da pobreza, redução das desigualdades, promoção da paz e da justiça, e enfrentamento das mudanças climáticas (ONU, 2015). A escola, nesse sentido, desempenha papel central na formação de cidadãos críticos, participativos e responsáveis, capazes de atuar diante dos problemas ambientais locais e globais (Tozoni-Reis, 2006; Carvalho, 2012).

Nesse contexto, os jovens estudantes desempenham um papel fundamental para a continuidade e o fortalecimento da sociedade brasileira, especialmente no meio rural, onde a agricultura familiar enfrenta desafios significativos relacionados à sucessão geracional. A educação destaca-se como instrumento essencial nesse processo, ao contribuir para a formação de jovens capazes de permanecer no campo e atuar de forma consciente em questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Além de favorecer a sucessão rural, a educação fortalece o sentimento de pertencimento e a construção de projetos de vida, assegurando o acesso a direitos fundamentais, como trabalho digno, educação de qualidade, saúde, cultura e lazer. Soma-se a isso o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,





condição indispensável para a promoção da dignidade humana e para a garantia do bem-estar das presentes e futuras gerações (Brasil, 1988; Kroth et al., 2020).

Weirich et al., (2026a), defendem a transição do atual modelo de desenvolvimento puramente econômico e setorial para um modelo territorial e sustentável, tornando-se necessário a mitigação e adaptação das assimetrias socioeconômicas, visando garantir a viabilidade da sucessão geracional. Essa perspectiva é corroborada por Silva et al. (2020), ao destacarem que as dificuldades de acesso a políticas públicas essenciais, como educação, lazer e cultura, constituem fatores relevantes para o êxodo dos jovens do meio rural.

Isto posto, a educação é vista como uma ferramenta essencial para a continuidade da agricultura familiar, priorizando a qualificação técnica e profissional dos jovens, o fortalecimento de redes territoriais e a adoção de uma governança democrática e integrada, que fomente recursos de forma equalitária, permitindo os jovens escolherem viver no campo, e cuidar do meio ambiente, por meio da adoção de práticas mais sustentáveis.

Diante desse panorama, o presente estudo tem como tema de investigação a relação entre Educação Ambiental e Agenda 2030, buscando compreender como essas diretrizes globais podem estimular mudanças de atitudes sustentáveis e estilos de vida entre estudantes da Escola Estadual de Pato Bragado – PR. O problema de pesquisa que orienta o estudo pode ser assim formulado: de que maneira a Educação Ambiental, articulada à Agenda 2030, pode promover mudanças significativas de atitudes sustentáveis no contexto escolar de Pato Bragado?

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da Educação Ambiental, orientada pelos princípios da Agenda 2030, para a promoção de mudanças de atitudes sustentáveis entre estudantes da Escola Estadual de Pato Bragado – PR. Como objetivos específicos, busca-se: mapear as concepções e práticas de sustentabilidade já existentes entre os estudantes; identificar quais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão mais próximos da realidade escolar e comunitária local; avaliar as mudanças de atitudes e





comportamentos sustentáveis ao longo do processo educativo; e discutir as potencialidades e limitações da escola na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a sustentabilidade.

As questões norteadoras que orientam a investigação são: quais práticas educativas podem favorecer mudanças efetivas de atitude nos estudantes? Como a Agenda 2030 pode ser integrada ao cotidiano escolar de forma crítica e participativa? e quais desafios emergem para a consolidação de uma Educação Ambiental transformadora em Pato Bragado?

Parte-se da hipótese de que, quando articulada à Agenda 2030 e desenvolvida de forma crítica, a Educação Ambiental pode contribuir para a construção de valores e atitudes sustentáveis, aproximando a escola de sua comunidade e fortalecendo a cidadania ambiental.

A justificativa deste estudo se apoia em dois eixos principais. Do ponto de vista contextual, destaca-se a necessidade de inserir os ODS no cotidiano das escolas, aproximando as diretrizes globais das realidades locais, especialmente em municípios do interior do Paraná, onde predominam práticas agrícolas que impactam o meio ambiente. Do ponto de vista pessoal e acadêmico, o trabalho decorre do interesse da autora em aprofundar a compreensão sobre a interface entre Educação Ambiental, políticas públicas e sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas críticas no município de Pato Bragado e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Assim, este artigo organiza-se em quatro seções: (1) fundamentação teórico sobre Educação Ambiental e Agenda 2030; (2) descrição metodológica da pesquisa; (3) apresentação e análise dos resultados; e (4) considerações finais, que discutem a importância de repensar as práticas escolares de Educação Ambiental como um processo formativo capaz de responder aos desafios socioambientais contemporâneos.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS





Diante dos desafios globais relacionados à pobreza, à desigualdade social e ao acesso a direitos fundamentais, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceram, para o período de 2000 a 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), voltados, entre outros aspectos, à redução da pobreza, à ampliação do acesso à educação e à garantia de água potável. Os avanços alcançados por essa iniciativa impulsionaram a construção de uma agenda mais ampla e integrada de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida internacionalmente como Rio+20, evento que serviu de base para a formulação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oficialmente adotados pela ONU em 2015 (Weirich; Neres, 2026b).

A busca das Nações Unidas pelo desenvolvimento sustentável resultou na elaboração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, documento que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas voltadas ao enfrentamento dos principais desafios globais. Os ODS estão interconectados e orientam ações voltadas à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e do clima, à promoção da paz e à garantia de melhores condições de vida para todas as pessoas (Nações Unidas Brasil, 2025). Dessa forma, a Agenda 2030 propõe um esforço conjunto entre as nações para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, ambiental e econômica, buscando conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental (Weirich; Neres, 2026a).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam promover a erradicação da pobreza e da fome, assegurar a saúde e o bem-estar, garantir educação de qualidade, igualdade de gênero, acesso à água potável, saneamento básico e energia limpa, além de incentivar o trabalho decente e o crescimento econômico inclusivo. Também contemplam a redução das desigualdades, o fortalecimento da indústria, da inovação e da infraestrutura, a construção de cidades e comunidades sustentáveis, a promoção de padrões responsáveis de





consumo e produção, o enfrentamento das mudanças climáticas e a conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos. Ademais, os ODS visam fortalecer a paz, a justiça e instituições eficazes, bem como estimular a cooperação internacional por meio de parcerias globais voltadas ao desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2025; Weirich e Neres, 2026a).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçam o compromisso do Estado brasileiro com a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente os direitos sociais assegurados nos artigos 6º e 7º, bem como os direitos e garantias fundamentais do artigo 5º. Nesse contexto, a educação, reconhecida como direito social fundamental e assegurada pelo artigo 6º da Constituição Federal, destaca-se como elemento estratégico para promover transformações estruturais, sociais e culturais voltadas à sustentabilidade (Weirich; Neres, 2026a). Além de garantir o acesso ao conhecimento e ao exercício da cidadania, a educação contribui para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ambientalmente responsável. Dessa forma, a efetivação do direito à educação torna-se indispensável para o alcance dos ODS e para a promoção da dignidade humana, da igualdade e do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a educação é reconhecida como elemento estratégico para promover transformações estruturais e culturais voltadas à sustentabilidade. De acordo com a UNESCO (2017), a Educação para os ODS deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdo, priorizando o desenvolvimento de competências críticas, valores éticos e atitudes responsáveis. Trata-se de formar sujeitos capazes de tomar decisões fundamentadas e atuar de maneira consciente em prol do bem-estar coletivo, ambiental e econômico. Dessa forma, a inserção dos ODS no contexto escolar amplia as possibilidades de construção de conhecimentos significativos, favorecendo a formação de cidadãos comprometidos com práticas sustentáveis e com a transformação da realidade social.





2.2 Educação Ambiental Crítica

No ordenamento jurídico brasileiro, a Educação Ambiental é reconhecida como um direito fundamental, previsto no artigo 225, §1º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Poder Público o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Sua regulamentação ocorre por meio da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002. A legislação estabelece a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma integrada e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto no âmbito formal quanto no não formal, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade socioambiental (Weirich et al., 2026a).

Embora o conceito de Educação Ambiental seja amplo e multidimensional, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) oferece uma definição normativa que orienta sua compreensão e aplicação. De acordo com o artigo 1º da referida lei, a Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais indivíduos e coletividades desenvolvem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados à conservação do meio ambiente, reconhecido como bem de uso comum do povo e indispensável à sadia qualidade de vida (Brasil, 1999). Dessa forma, a Educação Ambiental ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos ecológicos, constituindo um processo formativo voltado à construção da cidadania ambiental e à promoção da sustentabilidade.

Desta forma, a Educação Ambiental destaca-se como uma ferramenta indispensável para o enfrentamento dos desafios socioambientais do século XXI, especialmente diante do aumento das catástrofes ambientais e de seus impactos sobre a sociedade e os ecossistemas. Nesse contexto, a promoção da consciência ambiental deve iniciar no ambiente familiar e ser fortalecida pelas instituições de ensino, contribuindo para a formação de cidadãos mais responsáveis e comprometidos com a sustentabilidade (Weirich et al., (2026a). Ao estimular a





transformação de valores, atitudes e comportamentos, a Educação Ambiental favorece a construção de uma cultura de cuidado e respeito ao meio ambiente. Conforme destaca a UNESCO (2007), trata-se de um processo contínuo e acessível a todos, voltado à valorização da diversidade biológica, cultural e étnica, bem como ao fortalecimento da capacidade da sociedade de enfrentar modelos de desenvolvimento que comprometem as relações entre os seres humanos e destes com a natureza.

A Educação Ambiental (EA) consolidou-se como um instrumento essencial para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a promoção da sustentabilidade. Mais do que uma prática pedagógica, configura-se como um processo contínuo de caráter ético, político e social, voltado à compreensão das interações entre sociedade, natureza e desenvolvimento. Nesse sentido, a EA busca estimular a reflexão crítica e a participação ativa dos indivíduos na construção de soluções para os desafios socioambientais contemporâneos, contribuindo para a formação de uma cultura de responsabilidade ambiental e cidadania (Weirich et al., (2026a).

Nesse contexto, a Educação Ambiental, ao longo de sua trajetória, evoluiu de abordagens predominantemente conservacionistas para perspectivas críticas, interdisciplinares e socialmente comprometidas. Nessa abordagem, o processo educativo passa a ser compreendido como instrumento de reflexão e transformação da realidade socioambiental.

Segundo Jacobi (2003), a Educação Ambiental deve estimular a participação ativa dos sujeitos na construção de soluções coletivas, promovendo a cidadania ambiental e a corresponsabilidade social. Nessa mesma direção, Loureiro (2012) destaca a importância de uma educação orientada por princípios de justiça social, ética intergeracional e superação de padrões insustentáveis de produção e consumo.

Complementando essa perspectiva, Carvalho (2008) ressalta que a Educação Ambiental precisa assumir um caráter estruturante na formação de sujeitos ecológicos, superando práticas fragmentadas e pontuais. Assim, a formação crítica contribui para o





desenvolvimento de indivíduos capazes de intervir de forma consciente e responsável em diferentes contextos sociais.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da Educação Ambiental crítica, ao defender a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade das interações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, conforme destacam Brenzan et al. (2021), práticas educativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contribuem para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a construção de soluções coletivas no contexto escolar. Dessa forma, a Educação Ambiental crítica se consolida como um caminho fundamental para a promoção da sustentabilidade, ao articular reflexão, participação social e transformação da realidade (Carniatto; Pereira; Gonzalez, 2025).

2.3 ODS na Educação Básica: A Inserção da Agenda 2030 em Práticas Pedagógicas e Disciplinas Eletivas

As disciplinas eletivas, por sua natureza flexível e interdisciplinar, constituem-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à Agenda 2030. Ao possibilitar a escolha de temáticas relevantes e contextualizadas, essas disciplinas favorecem a articulação entre interesses dos estudantes e problemáticas socioambientais contemporâneas.

De acordo com Silva e Santos (2021), a inserção dos ODS no ambiente escolar potencializa o engajamento discente e promove aprendizagens mais significativas, ao relacionar conteúdo globais com realidades locais. Nesse sentido, as disciplinas eletivas contribuem para o fortalecimento da autonomia estudantil e para o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Além disso, tais práticas ampliam a capacidade dos estudantes de compreender e intervir em sua realidade, reconhecendo-se como agentes ativos na construção de soluções sustentáveis. Contudo, ainda são escassos os estudos que analisam a implementação dessas





propostas em escolas públicas do interior do Paraná, o que evidencia a relevância da presente pesquisa.

A inserção dos estudantes em práticas investigativas e reflexivas relacionadas aos ODS contribui significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência socioambiental. Ao atuarem como jovens pesquisadores, os estudantes ampliam sua capacidade de análise, interpretação e proposição de soluções para os desafios contemporâneos.

Nesse contexto, a Educação Ambiental articulada à Agenda 2030 configura-se como um processo formativo integral, que integra políticas globais, referenciais teóricos críticos e práticas pedagógicas contextualizadas. Essa articulação favorece a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a sustentabilidade.

Dessa forma, o presente estudo se insere no campo da Educação Ambiental crítica e da Educação para os ODS, contribuindo para o avanço das discussões sobre a implementação da Agenda 2030 no contexto escolar, especialmente em realidades locais ainda pouco exploradas pela literatura científica.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Descrição da área de estudo

Esta pesquisa foi realizada no Colégio Estadual de Pato Bragado, instituição pública de ensino localizada no município de Pato Bragado, no Oeste do Paraná. (Figura 1) O município, situado às margens do Lago de Itaipu, integra a microrregião de Marechal Cândido Rondon e possui economia fortemente baseada na agricultura familiar, especialmente na produção de grãos, leite e suínos, além de apresentar iniciativas voltadas à sustentabilidade e à preservação ambiental.





Figura 1. Localização do município de Pato Bragado (PR).



Fonte: Wikimedia Commons (2025); Adaptado pelos Autores (2026).

O Colégio atende estudantes da Educação Básica, contemplando o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, incluindo a oferta de disciplinas eletivas que possibilitam uma formação mais ampla e interdisciplinar. A escolha desta instituição como campo empírico de pesquisa justifica-se por sua representatividade no município, pela inserção ativa dos estudantes em projetos escolares de caráter participativo e pelo potencial de articulação das práticas pedagógicas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo no que diz respeito ao protagonismo juvenil e à promoção de uma cultura de responsabilidade socioambiental.

Figura 2: Colégio Estadual de Pato Bragado – Paraná.



Fonte: Autores (2026).



A Figura 02 apresenta a fachada principal do Colégio Estadual de Pato Bragado – PR, instituição na qual foi realizada a presente pesquisa. A imagem evidencia a estrutura física da escola, destacando um ambiente voltado ao desenvolvimento das atividades educacionais e à promoção da aprendizagem, da convivência e da participação da comunidade escolar.

Fundado para atender às crescentes demandas educacionais do município, especialmente após a emancipação político-administrativa de Pato Bragado, ocorrida em 1990, o colégio consolidou-se ao longo dos anos como uma importante referência na formação de crianças e jovens da região. Sua trajetória é marcada pela ampliação da infraestrutura, pelo fortalecimento do corpo docente e pela expansão da oferta educacional nos níveis de Ensino Fundamental e Médio. Além de sua função pedagógica, a instituição desempenha relevante papel social, promovendo projetos, eventos e atividades que fortalecem os vínculos entre escola, estudantes, famílias e comunidade local.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza mista, com predominância qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvido em ambiente escolar. Essa abordagem permite compreender de forma abrangente as percepções, atitudes e níveis de conhecimento das estudantes em relação à Agenda 2030 e à Educação Ambiental. Conforme Creswell (2010), a integração entre métodos quantitativos e qualitativos amplia a compreensão dos fenômenos sociais, ao combinar a análise numérica dos dados com a interpretação dos significados construídos pelos sujeitos.

A investigação foi aplicada na disciplina eletiva intitulada “O Chamamento dos Elementos – Solo, Água, Clima e Floresta”, com foco na compreensão das interações entre os elementos naturais e sua importância para o equilíbrio ambiental. A turma participante era composta por 23 alunas, que tiveram a oportunidade de explorar conceitos relacionados à conservação ambiental, recursos naturais e sustentabilidade de forma prática e teórica. A





disciplina, ao trabalhar de forma interdisciplinar os quatro elementos, proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades investigativas e reflexivas, permitindo que as estudantes relacionassem o conhecimento científico às questões ambientais do cotidiano.

Com o intuito de organizar e sistematizar as ações realizadas, elaborou-se a Tabela 1, que apresenta a descrição detalhada das etapas metodológicas da pesquisa, destacando as atividades realizadas em cada fase do processo investigativo. Essa estruturação permite visualizar de forma clara a sequência das etapas, desde a aplicação do questionário diagnóstico até a análise dos resultados, evidenciando o caráter participativo e formativo da proposta.

Tabela 1: Descrição das etapas metodológicas, com detalhamento das atividades realizadas:

Etapa	Atividade	Descrição
1ª Etapa	Aplicação de Questionário	Aplicação de questionário via Google Forms, com questões abertas e de múltipla escolha para identificar conhecimentos prévios sobre Educação Ambiental e ODS.
2ª Etapa	Oficina de Sensibilização	Realização de oficina conduzida pela professora convidada, com exposição inicial sobre Educação Ambiental e Agenda 2030.
3ª Etapa	Dinâmica dos Grupos	Distribuição dos 17 ODS e mais 3 ODS nacionais entre os grupos; cada grupo escolheu um ODS para apresentar aos colegas.
4ª Etapa	Socialização Coletiva	Apresentação dos resultados e reflexões de cada grupo para toda a turma, estimulando debate e protagonismo estudantil.
5ª Etapa	Análise dos Resultados	Tratamento quantitativo dos dados do questionário (percentuais, gráficos e tabelas) e análise qualitativa dos registros da oficina com base em análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

O primeiro procedimento consistiu na aplicação de um questionário elaborado no Google Forms, contendo questões de múltipla escolha e abertas, com o objetivo de medir o nível de conhecimento prévio dos participantes sobre os ODS. Esse recurso digital mostrou-se eficaz em pesquisas educacionais por permitir ampla participação, facilidade de aplicação e coleta automática dos dados (Marconi; Lakatos, 2017).

Na etapa seguinte, foi realizada uma oficina de sensibilização com os participantes. Para tanto, os 17 ODS foram impressos e expostos na sala, permitindo que os estudantes visualizassem, discutissem e refletissem sobre cada um deles. Essa dinâmica baseou-se em metodologias participativas que, segundo Thiollent (2011), favorecem a interação, a





problematização coletiva e o engajamento dos sujeitos em processos de aprendizagem significativa. Após a oficina, os estudantes participaram de uma socialização coletiva, na qual identificaram os ODS que consideravam mais aplicáveis à realidade da escola e/ou do município. Essa etapa estimulou o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania crítica, aspectos apontados por Jacobi (2003) como essenciais para a Educação Ambiental e para a promoção da sustentabilidade.

Por fim, os resultados obtidos foram analisados em duas perspectivas complementares. A análise quantitativa foi realizada a partir da sistematização dos dados coletados no questionário, com o auxílio de estatísticas descritivas, como percentuais, gráficos e tabelas. Já a análise qualitativa ocorreu a partir dos registros da oficina e das socializações, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), com vistas a identificar categorias relacionadas ao conhecimento, percepção e aplicabilidade dos ODS no contexto escolar e municipal.

Complementarmente, no apoio às etapas da pesquisa, foram utilizadas ferramentas digitais baseadas em inteligência artificial, como o ChatGPT (OpenAI, 2025), que contribuíram na busca de artigos científicos, organização de informações, auxílio na análise de dados e revisão textual. Destaca-se que todas as informações foram analisadas criticamente e validadas pela autora, assegurando o rigor científico do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades desenvolvidas em sala de aula, pautadas na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mostraram-se fundamentais para ampliar a consciência dos estudantes acerca dos desafios socioambientais contemporâneos. Por meio de dinâmicas, debates e produções coletivas, os alunos puderam relacionar problemas locais, como o uso responsável da água e a gestão de resíduos, com metas globais estabelecidas pela ONU (2015). Esse movimento pedagógico demonstra que a escola constitui espaço





estratégico para internalizar práticas sustentáveis e formar cidadãos comprometidos com a transformação social. Como ressaltam Sachs (2015) e Jacobi (2020), a educação é elemento essencial para o alcance dos ODS, na medida em que favorece a construção de valores, atitudes e competências necessários à promoção do desenvolvimento sustentável.

A primeira atividade realizada consistiu na aplicação de um questionário elaborado na plataforma Google Forms, direcionado aos estudantes com o intuito de identificar seus conhecimentos prévios, percepções e opiniões sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Essa etapa inicial foi fundamental para mapear o nível de familiaridade dos alunos com os ODS e compreender como relacionavam os problemas globais aos contextos locais. Além disso, o levantamento serviu de base para a organização das atividades subsequentes, garantindo que o planejamento pedagógico estivesse alinhado às necessidades, interesses e realidade do grupo investigado. (Figura 3 e 4).

Figuras 3-4: Estudantes durante a aplicação do questionário diagnóstico (Google Forms)



Fonte: Autores (2025).

4.1 Análise dos Questionários

A amostragem da pesquisa foi de caráter intencional e não probabilístico, composta por 23 alunas regularmente matriculadas na disciplina eletiva “O chamamento dos elementos – solo, água, clima e floresta”, ofertada pelo professor Ian Lucas Gomes. A escolha das

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**



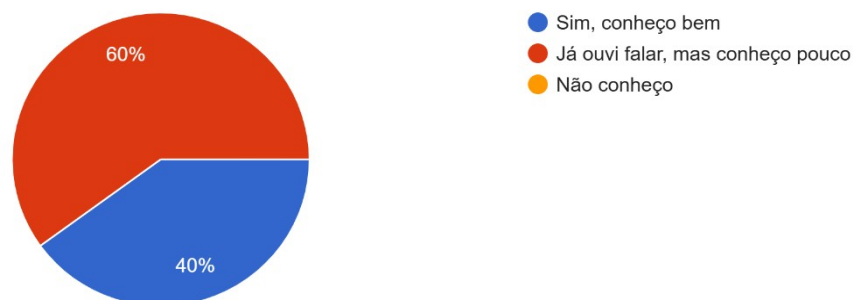


participantes ocorreu pelo critério de estarem ativamente envolvidas nas atividades propostas na disciplina, o que garantiu que todas tivessem vivência direta com oficinas, dinâmicas e discussões relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fortalecendo a pertinência e a consistência dos dados coletados. A análise do questionário aplicado com as estudantes evidenciou percepções importantes acerca da Educação Ambiental (EA) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Gráfico 1: Nível de conhecimento das participantes sobre Educação Ambiental:

Você já ouviu falar sobre Educação Ambiental?

20 respostas



Fonte: Autores (2025).

Inicialmente, como mostra o gráfico 1, verificou-se que 60% afirmaram conhecer bem o tema da Educação Ambiental, enquanto 40% relataram conhecer pouco. Esse dado revela que, embora a maioria já possua algum contato prévio com o tema, ainda existe uma parcela significativa de estudantes com conhecimentos limitados, apontando para a necessidade de ações pedagógicas mais sistemáticas (Jacobi, 2003).

Quando questionadas sobre a suficiência da abordagem de Educação Ambiental (EA) na escola, 85% das estudantes responderam que a temática é tratada apenas parcialmente, enquanto 10% consideraram que não há discussão adequada. Esse resultado converge com estudos que destacam a dificuldade das instituições de ensino em inserir a EA de forma transversal e contínua no currículo (Carvalho, 2008). O Gráfico 2 ilustra visualmente essa

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**



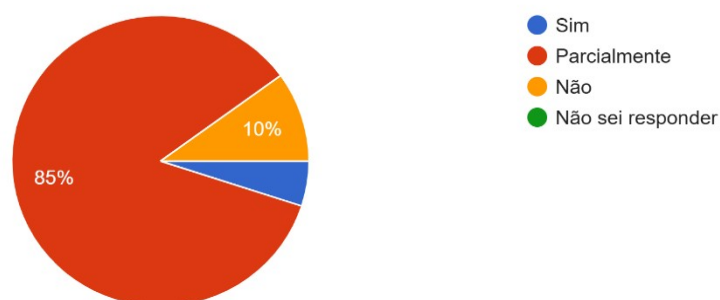


percepção, evidenciando a predominância de respostas que apontam para uma abordagem limitada do tema no ambiente escolar, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas mais integradas e permanentes voltadas à sustentabilidade.

Gráfico 2: Percepção dos participantes sobre a suficiência da EA Escolar.

Na sua escola, a Educação Ambiental é discutida de forma suficiente?

20 respostas



Fonte: Autores (2025).

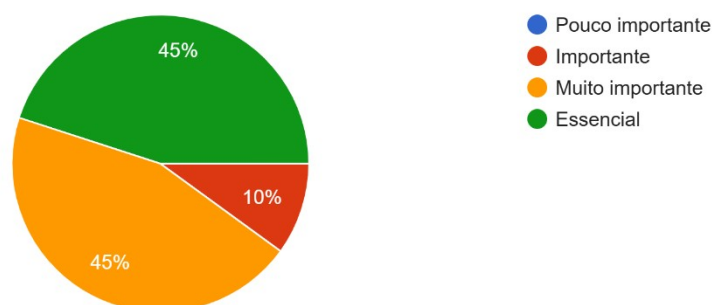
Em relação à importância da Educação Ambiental (EA), 45% das alunas consideraram-na importante e outros 45% a classificaram como essencial, evidenciando uma consciência expressiva sobre o papel da educação na promoção da sustentabilidade. Isso vai ao encontro da perspectiva de Sauv  (2005), para quem a EA deve ser compreendida como um processo transformador, capaz de despertar valores e atitudes críticas diante das questões socioambientais. O Gráfico 3 apresenta essa distribuição de respostas, demonstrando que a maioria das participantes reconhece a relevância da EA para a formação cidadã e para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no contexto escolar.



Gráfico 3: Percepção dos participantes sobre a EA para a vida das pessoas.

Qual a importância da Educação Ambiental para a vida das pessoas?

20 respostas



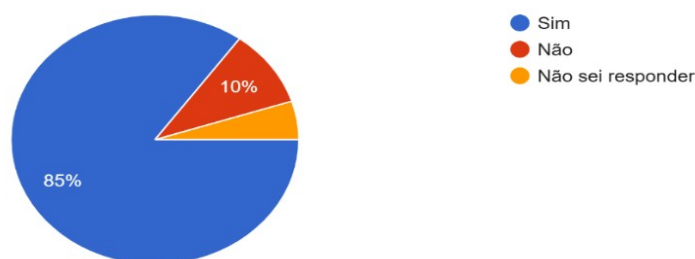
Fonte: Autores (2025).

Conforme ilustrado no Gráfico 4, sobre os problemas ambientais percebidos no município de Pato Bragado, os mais citados foram lixo e falta de reciclagem (78,9%), seguidos de poluição da água (36,8%) e desmatamento/queimadas (31,6%). Tais resultados refletem preocupações locais que dialogam com desafios globais apontados pela Agenda 2030 (ONU, 2015), especialmente nos ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (Vida terrestre).

Gráfico 4: Percepção sobre a existência de problemas ambientais no Município:

Você percebe problemas ambientais em Pato Bragado?

20 respostas



Fonte: Autores (2025).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



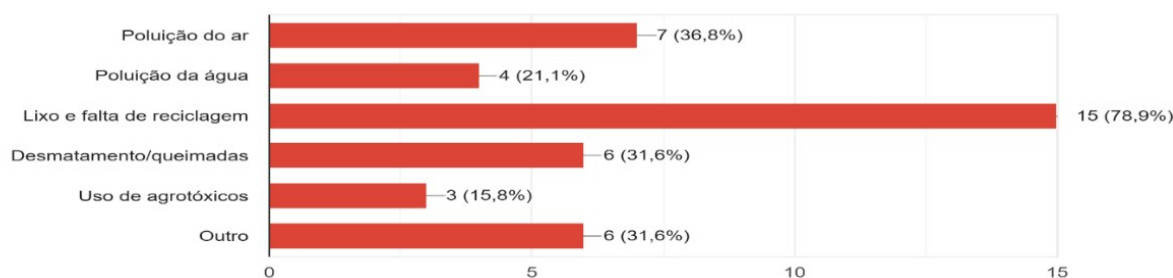


Conforme ilustrado no Gráfico 5, 78,9% das participantes apontaram o acúmulo de lixo e a falta de reciclagem como os problemas ambientais mais visíveis em Pato Bragado, evidenciando que a gestão inadequada de resíduos é percebida como o principal desafio local. Em seguida, 36,8% mencionaram a poluição da água, fator que reflete preocupações relacionadas ao uso e contaminação dos recursos hídricos, especialmente em um município cuja economia se apoia na agricultura familiar. Já 31,6% destacaram o desmatamento e as queimadas, práticas associadas tanto à expansão agropecuária quanto à destinação inadequada de resíduos vegetais.

Esses resultados indicam que as estudantes possuem uma percepção ambiental crítica, capaz de relacionar os impactos mais evidentes de seu cotidiano com problemáticas socioambientais de maior escala. Além disso, revelam coerência com os desafios globais apontados pela Agenda 2030 (ONU, 2015), particularmente os ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (Vida terrestre), que tratam da necessidade de fortalecer políticas de saneamento, reduzir a geração de resíduos e proteger ecossistemas terrestres e aquáticos. Assim, o gráfico evidencia não apenas a leitura atenta das participantes sobre sua realidade local, mas também o potencial da Educação Ambiental como instrumento de conscientização e ação para a sustentabilidade.

Gráfico 5: Problemas ambientais mais visíveis no Município:

Se sim, quais problemas ambientais você considera mais visíveis?
19 respostas



Fonte: Autores (2025).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)



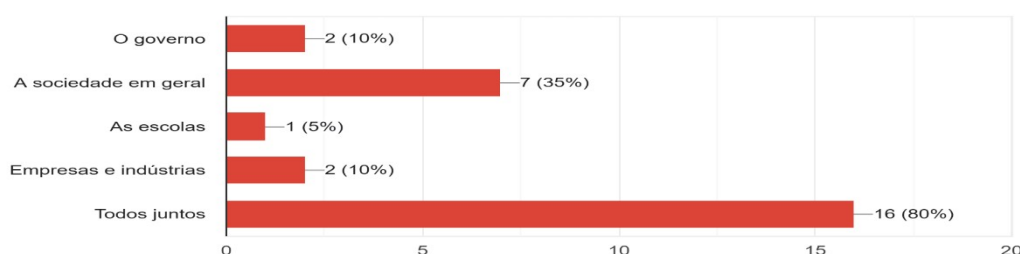


A localização do estudo em um município cuja economia se baseia na agricultura familiar acrescenta uma dimensão territorial relevante à análise. Conforme argumenta Leff (2011), a sustentabilidade não pode ser compreendida apenas como um conceito global abstrato, mas deve ser construída a partir das realidades locais e das práticas produtivas concretas. Nesse sentido, a aproximação dos ODS ao contexto rural possibilita que as estudantes compreendam os impactos socioambientais vinculados à produção agrícola, ao uso da água e à gestão de resíduos, ampliando sua percepção crítica sobre o território em que vivem.

Conforme apresentado no Gráfico 6, ao serem indagadas sobre os responsáveis pela resolução dos problemas ambientais, a maioria das participantes (80%) afirmou que a responsabilidade deve ser coletiva, envolvendo governo, sociedade, escolas e empresas. Apenas uma pequena parcela atribuiu a responsabilidade exclusivamente ao poder público ou aos cidadãos individualmente. Essa distribuição evidencia que as estudantes reconhecem a complexidade das questões ambientais e compreendem que a sustentabilidade depende da corresponsabilidade entre diferentes atores sociais. Tal percepção demonstra maturidade crítica e está em consonância com a concepção de governança ambiental participativa defendida por Leff (2011), segundo a qual a superação das crises socioambientais requer cooperação e diálogo entre Estado e sociedade civil na busca por soluções compartilhadas e sustentáveis.

Gráfico 6: Quem deve ser o principal responsável por resolver os problemas ambientais.

Quem deve ser o principal responsável por resolver os problemas ambientais?
20 respostas



Fonte: Autores (2025).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)



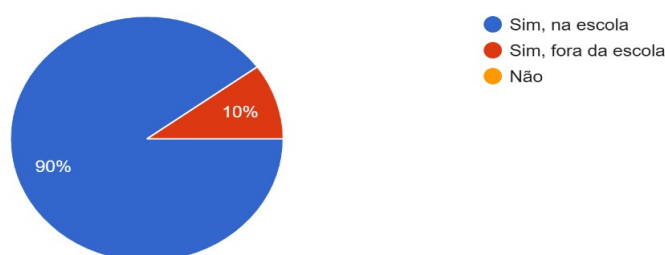


Apesar disso, apenas 10% das alunas afirmaram ter participado de projetos ambientais na escola, o que indica uma lacuna entre o interesse demonstrado e a efetiva prática educativa. Essa discrepância evidencia a necessidade de ampliar as oportunidades de envolvimento dos(as) estudantes em ações concretas voltadas à sustentabilidade. A literatura aponta que experiências práticas, como oficinas, hortas escolares e projetos interdisciplinares, são fundamentais para consolidar os conhecimentos adquiridos e desenvolver o senso crítico e a responsabilidade socioambiental (Loureiro, 2004).

Gráfico 7: Participação dos(as) participantes em projetos ou atividades sobre meio ambiente.

Você já participou de algum projeto ou atividade sobre meio ambiente?

20 respostas



Fonte: Autores (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 7 – Participação das participantes em projetos ou atividades sobre meio ambiente, observa-se que a adesão ainda é reduzida, reforçando a importância de metodologias participativas e contínuas que estimulem o engajamento estudantil em práticas ambientais dentro e fora da escola.

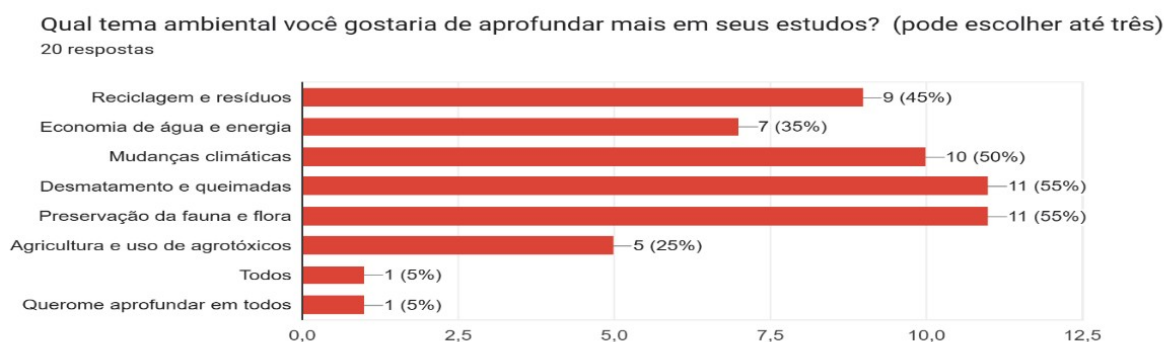
Quanto ao interesse em aprofundar os estudos sobre temáticas ambientais, as participantes demonstraram grande envolvimento e curiosidade em relação às questões ecológicas mais amplas. Os temas mais escolhidos foram preservação da fauna e flora (55%), desmatamento e queimadas (55%) e mudanças climáticas (50%), evidenciando a centralidade das questões ligadas à biodiversidade e ao aquecimento global na percepção juvenil. Essa preferência indica que as estudantes reconhecem a urgência dos desafios ambientais



contemporâneos e se mostram dispostas a compreender suas causas e consequências de forma mais aprofundada.

Conforme apresentado no Gráfico 8 – Temas ambientais que as participantes gostariam de aprofundar em seus estudos, observa-se que o interesse das alunas está voltado a temas de grande relevância socioambiental, o que reforça o papel da Educação Ambiental como instrumento de sensibilização e estímulo à formação de uma consciência crítica voltada à sustentabilidade.

Gráfico 8: Temas ambientais que as participantes gostariam de aprofundar em seus estudos:



Fonte: Autores (2025).

Outro ponto relevante identificado na pesquisa diz respeito ao nível de conhecimento das estudantes sobre políticas globais de sustentabilidade. Observou-se que 90% das alunas nunca ouviram falar da Agenda 21 e 50% desconheciam a Agenda 2030, o que evidencia uma lacuna informacional significativa quanto aos marcos internacionais que orientam as ações em prol do desenvolvimento sustentável. Essa ausência de familiaridade demonstra a necessidade de ampliar o acesso a conteúdo sobre governança ambiental global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no ambiente escolar, fortalecendo a integração entre educação e cidadania planetária. Os dados indicam uma distância significativa entre as políticas globais de sustentabilidade e o cotidiano escolar. Tal lacuna reforça a necessidade de políticas públicas educacionais que promovam a integração entre marcos internacionais e

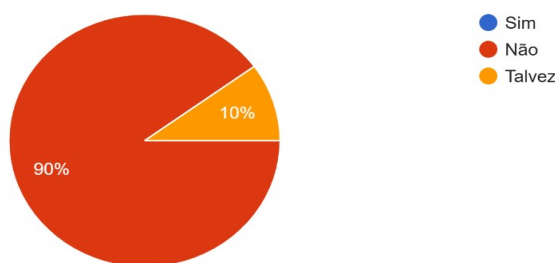


práticas pedagógicas locais, evitando que os ODS permaneçam restritos ao campo institucional e não alcancem a formação básica.

Conforme apresentado no Gráfico 9 – Conhecimento das participantes sobre a Agenda 21, verifica-se um baixo índice de contato prévio com esse documento, o que reforça o distanciamento entre políticas globais e práticas educativas locais.

Gráfico 9: Conhecimento das participantes sobre a Agenda 21.

Você já ouviu falar da Agenda 21
20 respostas

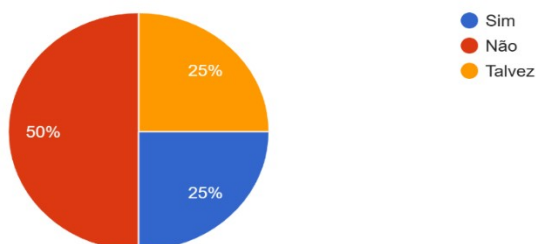


Fonte: Autores (2025).

De forma semelhante, o Gráfico 10 – Conhecimento das participantes sobre a Agenda 2030 evidencia que metade das estudantes ainda não conhecia essa importante referência internacional.

Gráfico 10: Conhecimento das participantes sobre a Agenda 30.

E já ouviu falar da Agenda 2030?
20 respostas



Fonte: Autores (2025).

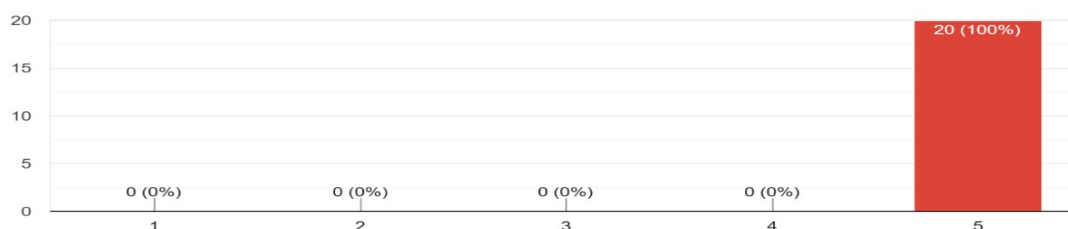


Contudo, quando apresentadas às metas dos ODS durante as oficinas, demonstraram grande interesse pelos objetivos ligados à vida na água (ODS 14), vida terrestre (ODS 15) e saúde e bem-estar (ODS 3), revelando sensibilidade para temas diretamente relacionados à sua realidade comunitária e ao contexto rural do município. Essa apropriação inicial dos ODS pelas estudantes indica o potencial da Educação Ambiental crítica em promover a conscientização e o engajamento juvenil frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

Por fim, ao avaliar a percepção das estudantes quanto à importância da proteção ambiental para as gerações futuras, observou-se unanimidade nas respostas. Todas as participantes (100%) atribuíram nota máxima (5) à relevância do cuidado com o meio ambiente, demonstrando alto nível de sensibilização e consciência ecológica. Esse resultado evidencia que, mesmo diante das lacunas de conhecimento sobre a Agenda 2030, as alunas reconhecem a urgência de adotar comportamentos sustentáveis e de fortalecer ações voltadas à preservação dos recursos naturais. Conforme apresentado no Gráfico 11 – Importância atribuída à proteção ambiental para o futuro das gerações, verifica-se um consenso sobre a necessidade de priorizar a Educação Ambiental como eixo estruturante da formação cidadã e da construção de uma sociedade mais justa, ética e ambientalmente responsável. Essa unanimidade reforça o potencial transformador da Educação Ambiental quando articulada a metodologias participativas e à reflexão crítica sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 11: Conhecimento das participantes sobre a Agenda 30.

Em uma escala de 1 a 5, qual a importância de proteger o meio ambiente para o futuro da nossa geração?
20 respostas



Fonte: Autores (2025).

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





A análise dos dados revela uma aparente contradição: embora as estudantes reconheçam amplamente a importância da Educação Ambiental, a participação efetiva em projetos escolares ainda é reduzida. Essa dissociação entre consciência declarada e prática concreta pode ser interpretada à luz da crítica de Layrargues e Lima (2014), que apontam a persistência de abordagens conservacionistas e pontuais nas escolas brasileiras, frequentemente desvinculadas de processos estruturantes de transformação social. Assim, evidencia-se que a sensibilização isolada não garante engajamento, sendo necessária a incorporação da Educação Ambiental como eixo transversal permanente no currículo.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de uma aula expositiva e dialogada, conduzida pela professora doutora Nubia Deborah Araujo Caramello, que teve como objetivo aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre os principais problemas ambientais que afetam tanto o Brasil quanto o contexto local. Durante o encontro, foram apresentados e debatidos temas como o desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, a geração de resíduos e outros impactos ambientais que resultam em consequências sociais, econômicas e ecológicas significativas. Além disso, a professora expôs de forma didática o funcionamento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando sua relevância como estratégia internacional para enfrentar esses desafios. Um momento marcante da atividade foi o relato da docente sobre sua experiência de pesquisa e atuação na região amazônica, o que possibilitou aos estudantes compreenderem, a partir de vivências reais, a gravidade dos processos de degradação ambiental e a urgência de soluções sustentáveis. Essa abordagem crítica e participativa favoreceu o diálogo, esclareceu dúvidas e contribuiu para conectar os conteúdos teóricos às realidades concretas, estimulando nos alunos maior engajamento e senso de responsabilidade ambiental.

As atividades desenvolvidas nessa etapa proporcionaram um momento de diálogo e troca de experiências, favorecendo o aprofundamento dos conhecimentos sobre os principais desafios ambientais contemporâneos e o papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na busca por soluções coletivas. As Figuras 5 e 6 ilustram esse momento da pesquisa,





registrando a aula dialogada conduzida pela professora convidada e a participação ativa das estudantes durante as discussões sobre desmatamento, poluição, mudanças climáticas e a Agenda 2030, reforçando o caráter formativo e reflexivo da proposta educativa.

Figuras 5 e 6: Segundo momento da Pesquisa: Aula sobre problemas ambientais, desmatamento, e ODS.



Fonte: Autores (2025).

Na terceira etapa da pesquisa, denominada Oficina dos Grupos, as 23 alunas da disciplina eletiva foram organizadas em cinco grupos para analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo os 17 objetivos globais e três objetivos de abrangência nacional. Cada grupo ficou responsável por um conjunto de ODS, realizando a leitura das metas, a seleção das consideradas mais relevantes para a comunidade, a avaliação de sua aplicabilidade à realidade dos jovens, a atribuição de notas de relevância, a definição do grau de urgência e a proposição de adaptações ao contexto local.

Os resultados evidenciaram a preocupação das estudantes com temas relacionados à saúde, igualdade de gênero, redução das desigualdades, preservação ambiental e promoção da igualdade racial. Entre as principais sugestões apresentadas destacaram-se a realização de palestras educativas, campanhas de conscientização, fortalecimento de políticas públicas, incentivo à participação comunitária, promoção da educação ambiental e valorização da diversidade cultural. De modo geral, as participantes atribuíram elevados níveis de relevância às metas analisadas, demonstrando percepção crítica sobre os desafios enfrentados pela comunidade e pelos jovens.



As oficinas revelaram-se uma importante estratégia pedagógica para estimular a participação ativa das estudantes, favorecendo o diálogo, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. Conforme destacam autores como Freire (1996), Libâneo (1994), Anastasiou e Alves (2004), Luckesi (1998) e Piletti (2009), atividades dessa natureza aproximam teoria e prática, fortalecem o protagonismo estudantil e contribuem para uma aprendizagem mais significativa.

Na etapa seguinte, denominada Socialização Coletiva, os grupos apresentaram suas análises para toda a turma, compartilhando as metas selecionadas, os níveis de relevância atribuídos, as prioridades identificadas e as propostas de adaptação à realidade local. Esse momento possibilitou a troca de experiências, o debate de ideias e o aprofundamento das discussões sobre sustentabilidade e cidadania.

Por fim, na etapa de Análise dos Resultados, os dados obtidos foram examinados por meio de abordagens quantitativas e qualitativas. Os questionários foram sistematizados em tabelas e gráficos, enquanto as contribuições das oficinas foram submetidas à análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que, embora as estudantes reconheçam a importância da Educação Ambiental, ainda existem lacunas no conhecimento sobre a Agenda 2030 e os ODS. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas contribuíram para ampliar a compreensão das participantes, fortalecendo sua capacidade crítica e seu envolvimento com questões socioambientais relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da Educação Ambiental, articulada à Agenda 2030, para a promoção de mudanças de atitudes sustentáveis entre estudantes do Colégio Estadual de Pato Bragado – PR. A realização das oficinas e dinâmicas de grupo revelou-se uma estratégia eficaz para aproximar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da realidade local, permitindo que as alunas da disciplina eletiva compreendessem a aplicabilidade das metas no contexto comunitário. Ao trabalharem com os

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





ODS globais e nacionais, as estudantes puderam refletir sobre o papel de cada objetivo na promoção da sustentabilidade e da responsabilidade social, consolidando uma visão integrada entre conhecimento teórico e prática.

No desenvolvimento das atividades, os grupos foram instigados a exercer análise crítica e reflexão estratégica, ao selecionar as metas consideradas prioritárias, avaliar seu grau de relevância e urgência, bem como propor adaptações contextualizadas para a comunidade e para os jovens. Essa abordagem estimulou o pensamento crítico das alunas e favoreceu a construção de soluções que conciliassem necessidades locais e objetivos globais, reforçando o aprendizado significativo. A etapa de socialização coletiva desempenhou papel central ao estimular o debate e a troca de experiências entre os grupos, promovendo o protagonismo estudantil e fortalecendo a aprendizagem colaborativa.

Posteriormente, a análise dos resultados, conduzida de forma quantitativa e qualitativa, possibilitou a identificação de padrões, prioridades e percepções das alunas em relação às metas propostas. A utilização de questionários, gráficos, tabelas e registros das oficinas permitiu consolidar informações relevantes, subsidiando estratégias de implementação dos ODS e destacando áreas de maior impacto e urgência para a comunidade e para o público jovem.

Desenvolvimento Sustentável e desenvolvida por meio de metodologias participativas, possui significativo potencial transformador. Entretanto, também evidenciam que a consolidação de uma cultura de sustentabilidade no ambiente escolar exige continuidade, transversalidade curricular e articulação com políticas públicas educacionais.

A experiência analisada demonstra que a integração entre Agenda 2030 e contexto rural pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as interdependências entre produção agrícola, conservação ambiental e justiça social. Assim, mais do que informar sobre os ODS, torna-se fundamental promover práticas educativas que possibilitem aos estudantes vivenciar a sustentabilidade como construção coletiva e territorializada.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 4. ed. Joinville: Univille, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 79, p. 1-4, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRENZAN, M.; SILVA, R.; ANDRADE, T. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e protagonismo juvenil no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 45–62, 2021.

CARNIATTO, Irene; PEREIRA, Vilmar Alves; GONZALEZ, Aline Costa. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA E PERSPECTIVA DAS REDES FRENTE AOS DESAFIOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Rev-BEA)**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 294–315, 2025. DOI: [10.34024/revbea.2025.v20.20386](https://doi.org/10.34024/revbea.2025.v20.20386). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/20386>. Acesso em: 2 jun. 2026.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental crítica**: nomes e endereçamentos. Campinas: Papirus, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 118, p. 189–205, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>.

JACOBI, P. R. Educação ambiental e sustentabilidade: desafios contemporâneos. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 23, e00000, 2020.

KROTH, D. C.; ARALDI, J. M.; COLETTI, T.; ZONIN, V. J.; SIMÕES, W. Juventude rural e sucessão familiar: o que dizem jovens da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina? In: SILVA, É. N.; ONÇAY, S. T. V. (org.). **Extensão universitária na UFFS**: trajetórias, alcan-ces e desafios. Chapecó: Editora UFFS, 2020. p. 41-59. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586545067.0003>. Acesso em: 2 jun. 2026.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da educa-ção ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 23–40, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000100003>.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Pe-trópolis: Vozes, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 14. ed. São Pau-lo: Cortez, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agen-da 2030 para o desenvolvimento sustentável. [S. l.]: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 2 jun. 2026.





ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação para o desenvolvimento sustentável**: livro de consulta. Brasília: UNESCO, 2012. 120 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183079>. Acesso em: 2 jun. 2026.

OPENAI. **ChatGPT**. versão 3.5 ou 4 [indicar se souber]. ferramenta de inteligência artificial. 2026. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

PILETTI, C. **Didática geral**. 27. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SACHS, J. D. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317–322, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200013>.

SILVA, A. M.; SANTOS, R. F. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e práticas pedagógicas interdisciplinares no ensino médio. **Revista Educação e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 77–95, 2021.

SILVA, Pedro Celso Soares da; SILVA, Nardel Luiz Soares da; FEIDEN, Armin; ZONIN, Wilson João. Comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação às atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. **Cultivando o Saber**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. [páginas], 2011. Disponível em: [inserir_link_se_houver]. Acesso em: 2 jun. 2026.

SOARES, Ana Vitória Sousa; CARMELLO, Nubia Débora Araújo; CARNIATTO, Irene. Educação Ambiental e Agenda 2030: percepções e mudanças de atitudes de estudantes do Ensino Fundamental II. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2026. DOI: <https://doi.org/10.48075/ijerrs.v7i3.36800>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/36800>. Acesso em: 2 jun. 2026.

UNESCO. **Education for Sustainable Development Goals**: learning objectives. Paris: UNESCO Publishing, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>. Acesso em: 2 jun. 2026.

WEIRICH, S. F.; OLIVEIRA, J. da S.; HANSEL, C. R.; ZONIN, V. J.; ZONIN, W. J. Segurança pública, juventude e sucessão rural no desenvolvimento rural sustentável: desafios e perspectivas para a sua efetivação na região Oeste do Paraná. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1–23, 2026a. DOI:

Revista OWL Journal, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL: Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





<https://doi.org/10.5281/zenodo.19464001>. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/640>. Acesso em: 2 jun. 2026.

WEIRICH, Samuel Felipe; BOUFLEUHER, Davi José Nicaretta; NERES, Marcela Abbado; HANSEL, Tiago Fernando. Educação ambiental na prática: análise do Projeto Soltura de Alevis no Município de Nova Santa Rosa/PR, Brasil: analysis of the fish fry release project in the municipality of Nova Santa Rosa/PR, Brazil. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2026b. DOI: <https://doi.org/10.48075/ijerrs.v8i1.36948>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/36948>. Acesso em: 2 jun. 2026.

WEIRICH, Samuel Felipe; NERES, Marcela Abbado. Direitos sociais dos trabalhadores, previdência, e direitos humanos segundo o desenvolvimento sustentável. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1–12, 2026a. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i1.23636>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23636>. Acesso em: 2 jun. 2026.

WEIRICH, Samuel Felipe; NERES, Marcela Abbado. O direito fundamental ao trabalho e a proteção social do trabalhador segundo a perspectiva dos direitos humanos e do 8º objetivo para o desenvolvimento sustentável. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1–14, 2026b. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i1.23631>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23631>. Acesso em: 2 jun. 2026.

WIKIMEDIA COMMONS. **Parana Municip PatoBragado.svg**. 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_PatoBragado.svg. Acesso em: 2 jun. 2026.

ZONIN, Wilson João; AHLERT, Alvori; SILVA, Carlos Alberto da; GRANDI, Adriana Maria de; SILVA, Nardel Luiz Soares da; ZONIN, Valdecir José; FÜLBER, Vanice Marli. Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural: questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil. In: ZAMBOM, et al. (org.). **Ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária**. Marrechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017. cap. 1, p. 9-35. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/cc/Ciencias_Agrarias_etica_do_cuidado_legislacao_e_tecnologia_na_agropecuaria.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



ZONIN, Wilson João. A agenda da sustentabilidade e o protagonismo territorial do PPGDRS.
In: ZONIN, Wilson João et al. (org.). **50 anos de Estocolmo – 72, 30 anos da Rio-92, 10 anos do PPGDRS**: uma análise sobre o III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Curitiba: CRV, 2023. p. 17-44.

Recebido em: 03/06/2026

Aprovado em: 06/06/2026

Publicado em: 09/06/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

